



Arpilleras (Anônima), *Acorrentados*, 1980. Chile. Acervo Sean Carroll, Estados Unidos.

8 Artigo

O capitalismo contemporâneo sob a égide neoliberal: breves apontamentos sobre a atual conjuntura brasileira

Karoline Claudino Guimarães¹ e Silvia Silva Martins Pinheiro²

Resumo // O objetivo deste artigo é dissertar sobre a atual conjuntura brasileira e os impactos da manutenção do ordenamento capitalista contemporâneo sob a égide ultraneoliberal. A partir de uma base teórica marxista, busca-se promover uma reflexão acerca do cenário político-econômico nacional, considerando a agudização da crise sistêmica do capital, as questões relativas à democracia liberal-representativa, a ascensão da extrema direita no país e a implementação contínua de mecanismos de socialização dos custos da crise com a classe trabalhadora, a qual padece diante do aprofundamento da questão social. Esses elementos serão apreendidos a partir de uma análise bibliográfica e privilegiando uma abordagem histórica e conceitual fundamentada na perspectiva marxista.

Palavras-chave // Capitalismo; Democracia; Neoliberalismo.

1 Doutoranda e mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ); bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2 Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); especialista em Políticas Sociais e Intersetorialidade pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ); bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Introdução

O estudo a seguir pretende contribuir com as reflexões acerca do contexto hodierno brasileiro, levando em consideração o ultra-acirramento da agenda neoliberal e os movimentos político-econômicos que fomentaram as condições propícias à ascensão da extrema direita no Brasil. O pano de fundo é a crise sistêmica do capital e a criação de mecanismos de salvaguarda desse modo de produção no território nacional. O que se constata é que os custos dessa crise vêm sendo realocados na conta da classe trabalhadora. A expressiva riqueza socialmente produzida no capitalismo não é socializada entre aqueles que a geram. Pelo contrário, parte significativa dela é apropriada pela burguesia. Diante da crise econômica e da busca pela retomada do crescimento da taxa de lucro, o que passa a ser socializado com os trabalhadores são os ônus da recessão.

Para compreender tal assertiva, faz-se necessário resgatar, mesmo que sumariamente, algumas referências históricas que permitam fundamentar o debate acerca do modo como o capitalismo se expressa na atualidade brasileira, diante dos constantes ataques à democracia. Sem perder de vista que a tendência cada vez mais austera do projeto neoliberal radicalizado se dá em um cenário de aprofundamento da questão social³ no Brasil, dada a dinâmica da crise capitalista que impôs, também, uma crise de hegemonia e representatividade na cena política. Aprender os elementos supramencionados é imprescindível para o aprofundamento de uma reflexão em torno da relação entre a crise do capital, os ataques à democracia e a tomada do poder pelos partidos de extrema direita. Esses fatores nos permitem compreender o avanço dos processos de expropriação nos dias atuais, expressos através da corrosão dos direitos sociais e da precarização da vida da classe trabalhadora.

A partir da análise bibliográfica, com suporte de elementos históricos, teóricos e conceituais, este estudo prioriza o debate com base na perspectiva marxista.

3 Entende-se por questão social o conjunto de manifestações das mazelas sociais engendradas com o advento do capitalismo. Destaca-se a fome, a miséria, a penúria, a violência e a pobreza como sendo algumas das mais visíveis. De acordo com Pastorini (2005), a questão social é deflagrada nos diversos problemas sociais que já podiam ser observados em formações sociais anteriores, todavia, somente na segunda metade do século XIX sua existência pode ser demarcada. Assim, a questão social está diretamente relacionada ao processo de urbanização e de industrialização da sociedade moderna. Pois é nesse período que essas problemáticas, ao serem evidenciadas pela luta da classe trabalhadora, passam a ser tratadas como caso de política, e não mais apenas como caso de polícia, isto é, tão-somente pelas vias repressivas (PASTORINI, 2005).

Serão selecionadas obras e pensadores que façam referências ao debate em torno da democracia liberal-representativa; da crise estrutural do capitalismo; da conjuntura histórica na qual é implementada a política neoliberal; e reflexões sobre a atual conjuntura brasileira.

Este artigo está estruturado em duas partes. No primeiro momento será promovida uma breve análise em torno do sentido, das formas e dos limites comportados pela chamada democracia liberal-representativa frente às demandas dos trabalhadores e dos interesses da classe hegemônica. Com base na análise dos elementos históricos e teóricos, serão investigados os aspectos basilares da democracia brasileira e como eles vêm se refletindo sobre as dimensões sociais, econômicas e políticas na conjuntura atual. As metamorfoses no processo de acumulação capitalista repercutem sobre os regimes democráticos, sobre as funções do Estado e, conseqüentemente, sobre as políticas sociais. Nesse sentido, é imprescindível apreender as transformações do capitalismo contemporâneo para compreendermos o atual painel sócio-político, marcado pelo acirramento do neoliberalismo e das expressões da questão social.

Na segunda parte será realizada uma abordagem em torno da conjuntura histórica na qual são engendradas as políticas neoliberais. Nessa perspectiva, serão apontados os principais fatores que produziram as condições para as formulações do receituário neoliberal e como isso se refletiu no Estado e na classe trabalhadora. Trata-se de um contexto marcado pela reestruturação produtiva e pela reconfiguração das funções estatais. Essas intensas transformações repercutiram profundamente sobre as formas de proteção social e as relações trabalhistas. O neoliberalismo é posto como um remédio para conter os efeitos provocados pela crise estrutural do capitalismo, seu principal objetivo é a recomposição das condições de acumulação capitalista. No Brasil, a agenda neoliberal foi implementada na década de 1990 e, com variações em períodos distintos, se mantém até os dias atuais. A partir desse quadro, busca-se analisar o processo de acirramento do neoliberalismo nos últimos anos no país, especialmente com a ascensão da extrema direita ao poder.

Notas sobre a democracia brasileira

A democracia liberal-representativa, de acordo com Demier (2017), é o regime político que rege o Estado capitalista brasileiro no momento histórico atual. Contudo, conforme salientado pelo autor, tal regime pode abrir espaço para

diferentes formas de governo, visto que a dominação social burguesa é capaz de assumir, no Estado capitalista, tanto suas formas políticas democráticas (como a democracia liberal e representativa), quanto alternativas mais extremas, como uma ditadura militar, o fascismo e o bonapartismo⁴.

Todavia, Demier (2017) alerta que esses fenômenos histórico-sociais tão complexos (Estados, regimes políticos e governos), geralmente, apresentam seus conteúdos combinados, tendo a predominância de um ou de outro a partir da correlação de forças sociais imposta pela luta de classes. De tal modo que, de acordo com o autor, em regimes democrático-burgueses, onde tais características irão, certamente, prevalecer sobre as demais, é possível (e não é incomum) observar aspectos ditatoriais. Sobretudo quando, por exemplo, há em uma democracia liberal, um exagero da força do Poder Executivo e da burocracia no direcionamento da nação, maior participação das Forças Armadas na política, subordinação do Poder Legislativo e partidos ao Poder Executivo e repressão (policial ou normativa) para as organizações trabalhadoras e sindicais (Demier, 2017). Então, tem-se:

nesses casos, regimes democráticos em que a existência de aspectos ditatoriais, embora lhes forneça configurações particularmente reacionárias, não tende a lhes alterar seu sentido político fundamental (democrático-burguês) (Demier, 2017, p. 24. Grifos do autor).

Tanto assim, que Boito Jr. (2019, p.3) afirma que “a forma democrático-burguesa do Estado capitalista, são possíveis diferentes composições e hierarquias das forças que integram o bloco no poder”. De modo que Demier (2017) sinaliza que os regimes democrático-burgueses dependem do tipo de governo estabelecido, isto é, da linha política que o direciona. Ademais, tais governos dificilmente alcançam a ascensão sozinhos, pelo contrário, articulam alianças e acordos partidários que tensionam o período de governança. Demier (2017) ainda aponta para o fato de ser comum às democracias burguesas traços ditatoriais ocultos, e quanto mais evidentes são confundidos com democracias liberais.

4 Destaca-se, conforme explicita Demier (2017, p.27), que independente da forma política utilizada pela classe dominante para garantir a exploração, a elaboração da teoria dos regimes políticos capitalistas foi um esforço realizado por intelectuais vinculados à luta da classe trabalhadora. Sendo, pois, “elaborada e aprimorada a partir das necessidades práticas e objetivas do movimento operário”.

Com efeito, Miguel (2019, p.34-35) assinala que, embora do ponto de vista etimológico, democracia corresponda a governo soberano do povo, nos regimes democráticos representativos, o governo é de um povo que não governa, “uma vez que delega o exercício do poder a alguns poucos”. Nessa direção, com base em F. Engels, Demier (2017, p.27) refere que se trata da apresentação de interesses particulares como sendo “os interesses gerais da nação”. Boito Jr. (2019) afirma que um partido político ou um governo pode representar tanto uma classe social quanto uma ou algumas frações desta classe. De maneira que sua política atua contemplando os interesses políticos e econômicos desses segmentos ali representados. Ou mesmo esse partido ou governo pode representar apenas um laço ideológico com as classes sociais ou frações dela.

Ainda em consonância ao pensamento do autor, no Brasil atual é possível constatar ambas as colocações durante o governo de Bolsonaro (2019-2022). No primeiro caso, observa-se que Bolsonaro representa política e economicamente frações da classe dominante, ligadas ao capital internacional e à burguesia associada. Já em relação a dimensão ideológica, o militar reformado representa a classe média, especialmente suas camadas mais abastadas e outros segmentos de extrema direita.

Destarte, segundo Miguel (2019, p.34-35), ainda que a representação política seja, de certa forma, inevitável nas sociedades contemporâneas, tendo em vista o potencial conflituoso da extensão da cidadania para a massa pela pressão popular, considera que isso “é um rebaixamento do ideal democrático original” (MIGUEL, 2019). Ademais, com base na perspectiva de E. Wood, Demier (2017, p.31) assinala que “como sistema representativo (a democracia liberal) surgiu em oposição à soberania popular, convertendo-se em instrumento de seu aprisionamento”. Pois a vontade popular fica refém das formulações políticas do Estado, que, na sociedade burguesa, não reflete a vontade e as necessidades materiais da maioria (Miguel, 2019). Isto é,

por um lado, a maior parte da população fica condenada à passividade política, sendo chamada a se expressar apenas episodicamente, no momento das eleições. Com isso, o incentivo à qualificação política é diminuto; a maioria das pessoas tem um conhecimento apenas superficial das questões em jogo e das alternativas disponíveis (Miguel, 2019, p.35).

Não obstante, Boito Jr. (2019, p.10) ilustra tal colocação ao referir o exemplo do ex-presidente Jair M. Bolsonaro, ao afirmar que

quando há conflitos entre, de um lado, aqueles cujos interesses o governo Bolsonaro de fato representa e, de outro, os interesses daqueles que se imaginam representados pelo mesmo governo, esse tende a decidir a favor dos primeiros. São o capital internacional e a burguesia associada que detêm a hegemonia no bloco no poder; a classe média e os caminhoneiros sequer participam desse condomínio fechado.

Dessarte, referendando Gramsci, Demier (2017, p.30) refere que com a hegemonia de frações burguesas no poder, essa classe torna-se dirigente do cenário nacional, conformando uma dominação político-social, que combina, de maneira mais ou menos equilibrada, características de coerção e consenso, possibilitando o regime democrático-liberal. Conquanto, diante da crise dessa hegemonia, “as bases sociopolíticas do regime democrático-burguês, cuja existência corresponde, normalmente, a uma situação hegemônica, tendem a rapidamente se esbarrondar”, quer seja por uma situação de crise econômica que afete o consenso das massas, quer seja pela atividade política, ainda que desorganizada e limitada das classes subalternas. Isso porque,

nas diferentes configurações da democracia representativa, ainda que em intensidades distintas, a passividade política das massas trabalhadores foi sempre um contraponto esperando à delegação de poderes efetivada por intermédio do sufrágio universal, permitindo à classe dominante reivindicar a “legitimidade” de decisões parlamentares que explicitamente contrariam a opinião majoritária da população (Demier, 2017, p.31).

Por conseguinte, trata-se de uma democracia formal, que marca a coexistência da igualdade civil com a desigualdade social (Demier, 2017). O que significa afirmar que ainda que a existência da democracia liberal-representativa tenha se dado diante de um longo e intenso cenário de lutas dos trabalhadores por direitos (civis, políticos e sociais), “enquanto uma das formas políticas assumidas pelo Estado capitalista, não deixa de ser, nunca, uma forma de dominação política do capital sobre o trabalho” (Demier, 2017, p.33). Nesse sentido, para Miguel (2019, p.38):

fica clara a tensão que se abre: enquanto a democracia é baseada na promessa da igualdade política, a representação é um vetor de reprodução de desigualdades. O casamento de conveniência com o capitalismo impõe ainda mais limites aos arranjos democráticos. A questão é conter as demandas por igualdade, apostando numa democracia autolimitada, ou aprofundá-las, forçando os limites da ordem social desigual e usando o potencial igualitário do modelo democrático para transformá-la.

De acordo com Demier (2017), em cada formação social a democracia liberal, dada a correlação de forças sociais, pode assumir diferentes formatos. O autor cita o exemplo do Estado de Bem-Estar Social na Europa do pós-Segunda Guerra Mundial como uma democracia assentada em reformas e direitos sociais universais. Contudo, refere que após 1980 o contexto é completamente diferente do supramencionado, pois, ainda que o caráter hegemônico de equilíbrio entre coerção e consenso permaneça, há nessas democracias um fechamento para as demandas populares, sendo seu conteúdo extremamente contrarreformista – as quais ele chama de democracias blindadas. Forjadas no calor do projeto neoliberal, as democracias blindadas⁵ são, segundo Demier (2017, p.34), adequadas às necessidades do capitalismo em sua fase monopólica e financeirizada, pois:

as democracias blindadas combinam retiradas de direito sociais com a expansão (maior ou menor, a depender do momento e do gestor de plantão) de políticas sociais compensatórias, carentes de universalidade, além de um aumento seletivo da repressão estatal voltada aos setores indômitos.

Inobstante, tais democracias ancoram-se na mídia, tendo em vista sua capacidade de produção de consenso a partir da ideologia por ela propagada, corroborando constantemente com o ataque aos direitos, o que influencia diretamente no trato da questão social (Demier, 2017). Por essa ótica, conforme assegura o autor, a democracia liberal-representativa assume uma perspectiva global paradoxal na atualidade, pois “já não é só uma democracia para a burguesia, mas é também *uma democracia apenas para a burguesia*”. Essa forma democrática blindada não

5 Para aprofundar a temática, confira em “Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada” no Brasil (DEMIER, 2017).

suspende não-somente os direitos sociais, mas inclui no pacote direitos políticos e civis.

Para Demier e Duriguetto (2017, p.12), no Brasil, a partir da década de 1970, implementou-se uma receita que visou uma contratendência à crise do capital. Segundo os autores, a indicação para os países ainda em regimes militares era o da transição para regimes democráticos-liberais, tendo em vista a regulação do limite e do ritmo das possibilidades participativas de segmentos populares no cenário político. O contexto se deu na crise do Milagre Econômico Brasileiro com a reorganização popular após 1973, que deflagrou “a combinação de pressões dos de baixo e de operações transformistas pelo alto”. A Constituição de 1988 foi o produto jurídico-político da redemocratização, possibilitando “o arranjo da pactuação entre interesses progressistas e conservadores para a edificação do regime democrático sob a hegemonia dos interesses das frações das classes dominantes” (DEMIER e DURIGUETTO, 2017, p.12). Conforme referem os autores, é a partir dessa hegemonia que ocorre a conformação da blindagem da democracia brasileira, visando adequar-se às novas exigências impostas pelo capital que necessitava se reestruturar diante da crise – assunto que, assim como a implementação do projeto neoliberal, será trabalhado adiante.

À vista disso, Demier e Duriguetto (2017) afirmam que o início da blindagem da democracia em solo nacional está nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que vão de 1995 até 2002. Nesse período, tem-se o avanço da revisão constitucional, que começou na gestão anterior, com Fernando Collor de Melo, em direção aos ajustes e contrarreformas neoliberais propriamente ditas, estabelecendo a primazia do mercado. Os autores também inferem que nos governos seguintes, mesmo que em ritmos diferentes, houve sua continuidade. Pois, certamente, os governos petistas deram continuidade às iniciativas contrarreformistas, mas o ritmo durante os governos Temer e Bolsonaro podem ser considerados mais acelerados em relação aos 15 anos de Partido dos Trabalhadores no comando do Poder Executivo, ainda que o partido tenha abandonado “suas propostas reformistas e de uma postura combativa ao receituário neoliberal” (DEMIER e DURIGUETTO, 2017, p.13). Por sua vez, os governos seguintes às gestões petistas se prontificaram em desconstruir os parques direitos conquistados pela classe trabalhadora para atender as demandas imperialistas (Boito Jr. 2019).

A crise estrutural do capitalismo, a radicalização do neoliberalismo e a ascensão da extrema direita no Brasil

Desde o final da década de 1960 os países centrais vinham apresentando queda na taxa de crescimento econômico, revelando uma saturação do padrão de acumulação. Além do rebaixamento na taxa de lucro, esse período também ficou marcado pelo forte endividamento dos países. Para compreendermos o germe da crise é importante frisar que diversos fatores podem contribuir para o desencadeamento de uma recessão econômica. Todavia eles não irão se constituir como os fundamentos da crise estrutural. Suas raízes são imanentes à lógica do sistema capitalista (Mota, 1995).

De acordo com Mota (1995), algumas características apresentadas pela crise estrutural desmontam os argumentos de que se trata de uma recessão cujas causas estariam ligadas a um elemento denotativo de crise e que intervenções pontuais e particularizadas já seriam suficientes para a reversão dos efeitos provocados. A crise estrutural, na realidade, teve seus efeitos generalizados e vieram se aprofundando e prolongando no tempo, persistindo até os dias atuais. Esse quadro evidencia que a razão de ser dessa crise está articulada às contradições do próprio capitalismo e não simplesmente a fatores endógenos e acidentais, embora eles cumpram um papel contundente nas singularidades de cada ciclo recessivo.

Carcanholo (2008) afirma que o aumento do preço dos barris de petróleo, no início da década de 1970, não foi a causa da crise estrutural. Esse fato foi apenas um catalisador do ciclo recessivo. Na verdade, os países centrais já vinham apresentando queda no crescimento econômico. A procedência dessa crise reside na superprodução de capital somada à redução da taxa de lucro. Ela é parte de uma dinâmica contraditória e antagônica, na qual o processo de produção cada vez mais é socializado ao passo que a riqueza socialmente produzida vai se concentrando nas mãos de poucos.

As crises cíclicas do capitalismo são o resultado do desenvolvimento das suas próprias contradições. São o momento de irrupção da contradição entre a produção de mercadorias e a realização dos valores produzidos e, ao mesmo tempo, de recomposição da unidade

contraditória entre os dois polos, produção e realização (apropriação – circulação). A recomposição da unidade é justamente o restabelecimento das condições de valorização, a partir das próprias consequências da crise, e, portanto, o que fornece à crise uma característica cíclica (Carcanholo, 2008, p.249).

Ao retomar as reflexões de Mandel, Mota (1995) frisa que as transformações econômicas das últimas décadas, articuladas com medidas formuladas no período de expansão no âmbito do avanço produtivo e da revolução tecnológica, foram fatores decisivos na concentração e internacionalização do capital e da produção. Tais processos, inerentes ao sistema, também corroboraram para o desencadeamento da crise estrutural.

Durante o segundo pós-guerra, sob hegemonia do capital norte-americano, os EUA imprimiram à economia mundial seu padrão de produção e consumo. Nessa conjuntura, cada vez mais as economias estavam articuladas, fato que corroborou para o avanço da internacionalização do capital, especialmente através das indústrias transnacionais, da mundialização do capital financeiro e da divisão internacional dos mercados e do trabalho. Uma das consequências mais significativas proveniente da internacionalização do capital foi o fato das forças produtivas transcenderem os limites dos Estados nacionais. As transnacionais, por exemplo, vão produzir mais-valia em diversos países e, ao mesmo tempo, vão se furtar ao controle estatal regionalizado (MOTA, 1995).

Com o propósito de contornar os efeitos da crise e recuperar as taxas de lucro e recompor as condições de acumulação, o grande capital passa a desenvolver uma série de medidas e estratégias, entre as quais, Carcanholo (2008) destaca a regressão tributária sobre as atividades mais lucrativas, a reestruturação produtiva, o avanço dos processos de flexibilização das relações trabalhistas, a desregulamentação dos mercados. Mota (1995) afirma que tais medidas repercutiram de forma diferente tanto entre os países centrais quanto nas economias periféricas.

Uma das formas de enfrentamento da crise foi através da internacionalização do capital. Contudo, essa estratégia não foi suficiente para que as empresas conseguissem reestruturar a produção nas bases necessárias para garantir a retomada dos lucros. A partir das análises de Mandel (1990) sobre essa retomada, Mota (1995) a define como uma recuperação frágil e insuficiente, pois além dos baixos investimentos, houve a prevalência da ociosidade das empresas, não houve

ampliação do consumo – principalmente por conta da alta taxa de desemprego –, poupança e renda também não obtiveram crescimento. A conjunção desses fatores impediu que as medidas adotadas alcançassem os objetivos propostos.

Segundo a autora, a manutenção das condições iniciadas nos anos 70 culminaram em um novo ciclo recessivo na década seguinte. Vale ressaltar que nos anos de 1980 ocorre a fusão entre o capital bancário e o capital industrial, fenômeno típico do capitalismo monopolista. A alta taxa de inflação, fruto da expansão do capital financeiro em detrimento do setor produtivo, foi uma das grandes consequências. O que se pode constatar é que as iniciativas do grande capital não surtiram, nesse momento, os efeitos desejados. Não houve uma substancial expansão do mercado mundial e tampouco um processo de reorganização fundamental do trabalho que proporcionasse o aumento da mais-valia. Os ajustes produzidos não foram suficientes, pois, além de não promoverem mudanças nas relações sociais, mantiveram a queda dos investimentos produtivos, o aumento do desemprego e da dívida dos países periféricos (MOTA, 1995).

Um das alternativas implementadas pelo grande capital para enfrentar a superprodução de capital foi a expansão da concessão de créditos aos países periféricos. A principal consequência da integração das economias periféricas no processo de internacionalização de capital foi o forte endividamento desses países. Diante da recessão econômica, fruto de um descompasso entre produção e circulação, enquanto processo de produção e geração de mais-valia, o grande capital buscou saída na reestruturação da economia. Tais medidas tiveram como sustentáculo a agenda neoliberal, a qual preconiza a redução da intervenção estatal, especialmente, no âmbito social; promove o abandono da política de pleno emprego e o desmantelamento da seguridade social, favorecendo, desse modo, o mercado (Mota, 1995). Essas medidas, segundo a autora, não conseguiram reverter os efeitos da crise e tampouco retomar as taxas de crescimento do período correspondente aos anos de ouro do capitalismo, vejamos:

visto que a trajetória do capitalismo não se reduz a uma dinâmica cíclica, formalmente identificada como fases de declínio, recuperação e auge. Ela supõe um processo dinâmico de mudanças nas suas formas de existência, em que a organização da produção, dos mercados, dos salários, da intervenção estatal e das demais instituições é mutável, dentro do contexto mais ampliado da reprodução das suas estruturas fundamentais (Mota, 1995, p.56).

A década de 1970, na esfera nacional, representou um período de grande expansão econômica e onde ocorreram importantes mudanças na estrutura produtiva, na formação do mercado de trabalho e na infraestrutura. Sob essa condição, é desenvolvido no país um importante parque industrial articulado à economia internacional. Contudo, tais mudanças foram instituídas através de um processo de modernização conservadora, cujos resultados foram o aumento da concentração de renda e a intensificação da precarização da vida e do trabalho (Mota, 1995).

Nos anos de 1980 ampliou-se o rompimento com o modelo econômico implementado no pós-64. Sob um ângulo econômico, a década congelou algumas condições derivadas do período anterior, como, por exemplo, as baixas taxas de crescimento do PIB, o rebaixamento dos salários, aumento da concentração de renda. Esses fatores levaram esse período a ser conhecido como a “década perdida”. Vale ressaltar que, nesse cenário, emergiram novos processos políticos, os quais foram protagonizados por expressivos setores da sociedade civil dispostos ao rompimento com o regime militar e a construção de um Estado democrático. A década de 80 ficou marcada por intensas transformações na sociedade brasileira, pelo fortalecimento da luta da classe trabalhadora, pela organização da ação política através de sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, entre outras formas. Esse cenário, afetado pela recessão econômica, evidenciava a busca por uma ruptura definitiva da ordem social vigente desde 1964 (MOTA, 1995).

Mota (1995) ressalta que a crise estabelecida no país naquele momento não se limitava a um mero desdobramento da crise econômica internacional. Bem como não é a expressão periférica da crise global. Na realidade, trata-se de uma manifestação particular de um movimento geral. Segundo a autora, isso significa identificar como o particular se articula com o geral no âmbito de uma totalidade construída historicamente.

Um elemento fundamental dessa articulação entre o global e o nacional se expressa na reestruturação produtiva em escala mundial, baseada em mecanismos integrados de ajuste macroeconômico e articulação da hegemonia burguesa sob a égide neoliberal. Esse movimento, de caráter global, vai se diferenciar em cada país a partir das singularidades sociais, econômicas e políticas observadas em cada localidade. No Brasil, durante a década de 1980, tais particularidades vão se manifestar no fato da socialização do poder político não estabelecer o

rompimento com os mecanismos de socialização do trabalho e a apropriação da riqueza socialmente produzida (MOTA, 1995, p.64). Segundo a autora:

ora, se o desenvolvimento progressivo do processo de socialização da política, protagonizado pela luta dos setores organizados das classes subalternas, é formador de uma direção política de classe e constitutivo de hegemonia, não seria atípico que a burguesia procurasse contrapor-se a esse processo. Tal é a razão pela qual a construção de uma cultura da crise é coerente com a deflagração de uma ofensiva burguesa que parece vir tentando funcionalizar a luta dos trabalhadores pela socialização do poder político, como um processo que diz respeito aos modos conjunturais e operacionais de enfrentamento da crise, servindo-se, para tanto, do grau de socialização da política, conquistado pelos trabalhadores ao longo dos anos 80. Trata-se de inflexionar o objeto da resistência aos impactos da crise sobre os trabalhadores num objeto de adesão e consentimento (MOTA, 1995, p.64).

A agenda neoliberal, enquanto mecanismo para o enfrentamento da crise estrutural, tem assumido diferentes formas hegemônicas. Esse projeto passa por transformações contínuas, consagrando novos arranjos, como a inclusão de pautas progressistas, a depender da conjuntura histórica. Na atualidade, contudo, a fase ultraneoliberal ganha forma e espaço, sem romper com seus objetivos e fundamentos essenciais (CISLAGHI, 2020). Sabe-se que com o fim dos “anos de ouro” do capitalismo, a erosão das bases dos Estados de Bem-Estar Social foi inconteste.

Segundo Cislighi (2020), a crise capitalista só permitiu que tal lapso de civilidade perdurasse por tempo determinado. Afinal, o período contou com a introdução de direitos sociais a partir da maior distribuição do fundo público com a classe trabalhadora e os lucros do capital sofreram uma consequente redução. Isso, todavia, não se generalizou ou se homogeneizou entre os trabalhadores, de modo que, na América Latina, por exemplo, o período foi de implementação de regimes ditatoriais que objetivaram a exploração da força de trabalho periférica para garantir a distribuição nos Estados de Bem-Estar Social (Ebes). Assim sendo, “só existiram no desenvolvimento histórico do capitalismo como exceção em um tempo histórico, espaço geográfico e para um segmento da classe trabalhadora específico” (CISLAGHI, 2020, p.288).

Ainda assim, a autora assinala que a construção do Ebes gerou uma pauta de justiça social em escala global. Pois tratou-se de um período em que a garantia dos direitos e as políticas sociais alcançaram patamares mais abrangentes e universalistas nos países de capitalismo central. Sua criação, contudo, não foi um tipo de bemestar advinda da classe dominante. Mas, sim, resultado da luta organizada dos trabalhadores, que, ao abrir mão da revolução contra o sistema capitalista, aceitou a introdução de direitos sociais, aumento de salários, considerando uma maior redistribuição dos ganhos da produtividade, à época fordista.

Com efeito, a estagnação econômica exigiu respostas que garantissem a retomada das taxas de lucro. E isso se deu, segundo Cislighi (2020), a partir de uma nova racionalidade, chamada de neoliberalismo. Para a autora, o termo faz referência ao período liberal, em que o Estado pouco intervia na economia. Entretanto, no neoliberalismo, não há redução do papel do Estado no setor econômico, mesmo que o discurso neoliberal diga o contrário. Na verdade, a introdução da agenda neoliberal deflagrou o redirecionamento do fundo público para a contenção da crise, remunerando o capital no lugar de financiar as políticas sociais e as medidas anticíclicas em geral. Ademais, a partir daí a hegemonia do capital financeiro se estabelece, aumentando ainda mais a exploração da classe trabalhadora (Cislighi, 2020). Isto é, promovendo:

um aprofundamento alucinado das exigências tirânicas da extração de sobretrabalho, a toda velocidade e sob quaisquer meios, sem pejo de comprometer para tanto não apenas a vida (e a morte) de milhares de trabalhadores, mas o conjunto das gerações futuras (Fontes, 2010, p. 39).

Por conseguinte, considera-se que ao longo das décadas de 1950 e 1960 o Ebes foi funcional para a economia nos moldes capitalistas, enquanto durou o período de crescimento econômico, com estabilidade e produtividade. Já no pós-1970, com a irrupção da crise, tratou-se de demonizar iniciativas sociais e aumentar a tensão sobre os direitos sociais e trabalhistas (Mota, 1995). Entretanto, o capitalismo também deflagrou uma virada restauracionista, que além de reestruturar sua produção, sobretudo com a introdução do modelo toyotista, e implementar o arcabouço neoliberal, possibilitou a mundialização do capital, de tal modo que intensificou o processo de financeirização.

Com base em Chesnais, Cislaghi (2020, p.289) afirma que essa nova fase coloca a acumulação capitalista sob a liderança de novas formas de centralização a partir de “gigantescos capitais financeiros como fundos mútuos e fundos de pensão. A esfera financeira passa a comandar a repartição e a destinação da riqueza produzida”. De acordo com Fontes (2010), infere-se que essa é uma tendência impossível de ser controlada devido à necessidade de expansão do capital. Pois a concentração de recursos é um fator genético do modo de produção capitalista. A autora assevera que com o advento do capitalismo monopolista o próprio papel dos bancos foi submetido a alterações, tendo em vista novas modalidades de venda de capital, isto é, considerando a ideia de capital ativo e capital mutuário, cujo objetivo é sua atuação na maior extração do mais-valor. Por essa perspectiva, o capital portador de juros ganha centralidade e age no sentido de impulsionar a produção, ou seja, aumentar a exploração. Inobstante, Cislaghi (2020) destaca a necessidade neoliberal de retratar os Estados como perdulários. Isso porque para reconfigurar o Estado e promover as contrarreformas demandadas pelo sistema econômico, exigiu-se a um diagnóstico falacioso de descrédito do Estado (Netto, 1995). Assim sendo:

as dívidas públicas foram utilizadas para chantagear os Estados a aderirem a essa agenda. O crescimento das dívidas, e dos juros pagos em função das mesmas, passou a ser o principal mecanismo de transferência de fundo público para as finanças. Os países periféricos foram os principais afetados por esse processo, não necessariamente por serem os maiores portadores de dívidas, mas porque comprometem mais os seus orçamentos com juros e encargos, detendo menos soberania sobre as mesmas (Cislaghi, 2020, p. 290).

Segundo a autora, no Brasil, o neoliberalismo foi introduzido em um momento contraditório, bem quando se instituiu a Constituição Federal de 1988, a qual trazia consigo a possibilidade de implementação de um modelo próximo ao de Estado de Bem-Estar Social, após a redemocratização do país que saiu do regime ditatorial. Ou seja, “a Constituição começou, imediatamente após sua promulgação, a ser desmontada nos seus aspectos mais progressistas” (CISLAGHI, 2020). Segundo a autora, o ano de 1995 marca o avanço neoliberal em solo nacional, quando reprimiu-se brutalmente a greve dos petroleiros brasileiros. Assim como, refere Cislaghi (2020), Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América, e Margaret Thatcher, na Inglaterra, respectivamente, contra

a greve dos controladores de voo e dos mineiros, em finais dos anos 1970. Para Miguel (2019, p.55), “a redemocratização brasileira coincidiu com o apogeu do neoliberalismo”.

Cislaghi (2020) assevera que é ao expandir novas vias de valorização para o capital, com a massiva transferência de fundo público e privatização, focalização e descentralização das políticas sociais que se instaura, conforme explicitado neste estudo de forma sumária, o primeiro ciclo da introdução do neoliberalismo no Brasil. Ou seja, segundo Miguel (2019, p. 93), adotou-se:

o receituário neoliberal, tanto no que se refere à privatização desenfreada e à diminuição do Estado, com o impacto previsível na oferta de serviços à população, quanto pela adoção de táticas thatcheristas para quebrar o movimento sindical.

Sendo iniciado um novo ciclo em 2003, com a presidência sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT), na figura de Luís Inácio Lula da Silva. Aí tem início o que a autora chama de neoliberalismo de cooptação, isto é, o neoliberalismo passa a se apropriar de algumas pautas mais progressistas, permitir que a lógica neoliberal fosse tingida com uma fina camada de verniz aparentemente emancipatório, identitário e social. Tais pautas podem abarcar movimentos como os feministas e o negro, mas também organizações sindicais, envolvendo, inclusive, estruturas como a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Todavia sem pretensões de

abolir as hierarquias sociais nem reduzir a estrutura das desigualdades. Seu objetivo era a “diversificação” pautada pela meritocracia “orientada para garantir que indivíduos ‘merecedores’ de ‘grupos subrepresentados’ obtivessem posições [...] junto com os homens brancos e heterossexuais de sua própria classe” (Fraser; Jaeggi, 2020, p.222; Cislaghi, 2020, p.299).

Dessarte, Cislaghi (2020), com base na análise de Oliveira (2010), aponta para um período de “hegemonia às avessas” com a chegada de Lula à presidência do Brasil. Isso porque, o conceito exprime a ideia de que

nessa nova forma de dominação, os dominados parecem dominar por estarem dirigindo as organizações do Estado, terem grandes bancadas no Parlamento e darem a “direção moral”, que, no entanto, “se

transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada” (2009, p.27). O consentimento se dá pelo avesso: não são os dominados que consentem sua exploração; são os dominantes que consentem a condução política por representantes dos dominados desde que a “direção moral” não questione a exploração capitalista (Cislaghi, 2020, p. 292-293).

Quanto a isso, Cislaghi (2020) ressalta que essa direção moral, nos governos petistas, está ancorada, sobretudo, na implementação de políticas focalizadas no alívio à pobreza e na ascensão de uma nova classe média, considerando tal governo em uma direção neodesenvolvimentista. Com efeito, a autora aponta que houve, com isso, uma derrota do neoliberalismo de direita, mas também do horizonte antineoliberal da própria esquerda organizada. E reforça que não houve nenhum ganho material duradouro para tais segmentos, mas de forma ideológica possibilitou se apresentar como expressão da social-democracia, promovendo uma espécie de conciliação de classes. A qual, porém, encontra seu esgotamento completo com o golpe de 2016.

Em continuidade ao pensamento da autora, refere-se que com o aprofundamento da crise do capital de 2008, observa-se o aumento da austeridade fiscal como política em todos os países. O arrocho econômico, segundo Cislaghi (2020), comprime os salários, aumenta os preços e corta o orçamento público voltado para o social, tendo o aumento da dívida pública como mecanismo de trazer de volta a confiança dos mercados para investimentos. Contudo, o custo social disso é dramático. Na cena política, deflagra-se uma maior interferência dos credores da dívida, acirrando ainda mais o conflito entre capital e trabalho. De modo que,

podemos afirmar, então, que a crise de 2008 levou o capitalismo neoliberal financeirizado a um novo patamar que permitiu, na década seguinte, a formação de um novo bloco histórico para sua legitimação, tendo como consequência a ascensão de governos neofascistas em vários países do mundo (Cislaghi, 2020, p.299).

Com base em Fraser (2020), Cislaghi (2020) reforça a capacidade neoliberal de se associar a outras perspectivas sem alterar seus pressupostos, que, como referido anteriormente, podem ser pautas mais progressistas, mas também

opções mais reacionárias, que é justamente o que ocorre no Brasil com o golpe de 2016. Para a autora, a ascensão da extrema direita se dá com a derrubada da presidenta petista Dilma Rousseff, na metade do seu segundo mandato. Mesmo que a representante do Partido dos Trabalhadores (PT)

tenha garantido religiosamente as transferências de fundo público para o capital financeiro e a continuidade das contrarreformas redutoras de direitos sociais nas décadas anteriores, as exigências postas pelo capital, como consequências mundiais da crise de 2008, impuseram um aprofundamento dos pressupostos neoliberais, passando ao que chamamos de ultraneoliberalismo (CISLAGHI, 2020, p. 300).

No Brasil, o marco da radicalização do neoliberalismo é a eleição de Jair M. Bolsonaro, em 2018, ainda que o pontapé inicial tenha sido dado com o governo interino bienal de Michel Temer, seu antecessor. Mas o contexto internacional sinaliza que isso não é um fenômeno isolado. O ultraneoliberalismo, para Cislaghi (2020), possui diversos marcos políticos ao redor do mundo, como a chegada de Donald Trump à presidência estadunidense (2016) e o Brexit europeu (2017). À vista disso, Lowy (2021) garante que esse ascenso de personalidades da extrema direita, cujas características (neo)fascistas são evidentes, não é uma exclusividade brasileira ou norte-americana. Mas, na verdade, é uma tendência global o crescimento de forças políticas com esse viés. Lowy (2021) aponta Orbán, na Hungria, Modi, na Índia, e Erdogan, na Turquia, como lideranças reacionárias, autoritárias e com traços neofascistas. Também é possível destacar a Itália, que elegeu Meloni em 2022.

Com efeito, Miguel (2019, p.25) assegura que o golpe de 2016, no Brasil, só foi possível a partir da reconstrução do discurso da direita, “com uma virulência inédita na história recente do Brasil”. De acordo com o autor, tratou-se de romper com os discursos do término do regime militar, estabelecidos com a redemocratização, sobre justiça eleitoral, social e democracia. Nesse sentido,

emergiu uma direita muito estridente, que recusa qualquer projeto de solidariedade social e reivindica a desigualdade como corolário da “meritocracia”. Criou-se, assim, um ambiente discursivo que permitiu que as classes médias, desconfortáveis com a ascensão dos mais pobres, radicalizassem sua oposição ao governo e abraçassem um extremismo com claros ecos fascistas (Miguel, 2019, p.26).

Reitera-se, conforme mencionado no item anterior, que Boito Jr. (2019) referenda a importância da capacidade representativa de Bolsonaro em relação às classes médias. Para o autor, ainda que a importância econômica e social desse laço ideológico não seja tão efetiva materialmente quanto sua representação para o capital internacional e a burguesia associada, foi essencial no jogo político. Pois, segundo o autor, o neofascismo no Brasil “caminha sobre duas pernas”, sendo elas a classe média e os proprietários de terra, os quais se aproveitaram da efervescência eleitoral de 2018 para reivindicar o direito de se armarem, para exigirem maior repressão policial contra as camadas mais pobres, incluindo camponeses, indígenas e quilombolas, com o intuito de desmatar áreas protegidas, erigindo bandeiras conservadoras e reacionárias, sobretudo de combate à corrupção e a uma suposta velha política.

Vale destacar que Miguel (2019, p.144) chama a atenção para o importante papel das mídias nesse período, considerando seu protagonismo na formação da opinião popular, diante da frágil democracia nacional e observando a alavanca-gem da fábrica de *fake news*, sobretudo com a larga produção da extrema direita de conteúdos próprio. O autor sinaliza que o ambiente tecnológico das plataformas digitais da internet foram importantes veículos de disseminação de *fake news* e sensacionalismo, mas não desconsidera o lugar essencial do jornalismo de rádio, televisão e jornal (físico e on-line). Afinal, “o jornalismo corporativo há tempos esposou a agenda da direita em sua luta para retirar do governo (...) a centro-esquerda, encarnada pelo PT, e seu programa de reformas moderadas”.

A ascensão da extrema direita no país conseguiu dar continuidade e intensidade aos projetos ultraneoliberais. Além do aprofundamento das contrarreformas realizadas nas gestões anteriores, foram promovidos inúmeros cortes de gastos na educação, na saúde e nos programas sociais. Um cenário que se agravou com o advento da pandemia do novo Coronavírus no início de 2020. Embora nas últimas eleições presidenciais a vitória de Lula, em 2022, representou uma conquista relevante para a classe trabalhadora, onde, em pouco tempo de governo foram realizadas mudanças importantes, a exemplo do atendimento aos povos Yanomami, medidas tomadas contra o desmatamento da Amazônia, o aumento dos recursos para o Programa Bolsa Família e o Programa Minha Casa Minha Vida, é importante frisar que o petista não aponta o rompimento com a lógica neoliberal. Isso significa considerar que o capital financeiro continuará tendo seus

interesses privilegiados e que as contrarreformas instituídas nos últimos anos, muito provavelmente, não serão revertidas. Ainda que haja (como tem havido) o atenuamento de algumas ações neoliberais mais radicais, conforme supracitado.

Considerações Finais

Afirma-se que, instituído a partir do governo Collor, o Estado neoliberal se mantém até os dias atuais. Ao analisarmos as consequências advindas do neoliberalismo, o quadro que se evidencia é de ampliação da corrosão dos direitos sociais e trabalhistas, um forte dismantelamento da seguridade social e uma intensa degradação das condições de vida da classe trabalhadora. Isso porque, diante de um cenário de crise, a burguesia deixa nítida sua falta de compromisso com o processo civilizatório, priorizando a incessante busca pela ampliação da taxa de lucro e pela retomada das condições de acumulação de capital, ainda que a consequência disso seja a produção de uma avassaladora onda de destruição que perpassa os meios imprescindíveis à existência humana.

No Brasil, o aumento da recessão econômica, a partir de 2014, produziu efeitos no plano político e social cujos desdobramentos podem ser percebidos até o presente período. Orquestrou-se, ante a uma conjuntura profundamente conturbada, um golpe jurídico-parlamentar contra Dilma Rousseff em 2016, depondo a ex-presidenta e fragilizando ainda mais a democracia brasileira. Ademais, blindou-a ainda mais em relação às demandas dos trabalhadores, de tal modo que os interesses do grande capital sobressaíram-se com maior expressividade na agenda neoliberal radicalizada.

Ressalta-se que o golpe de 2016 não foi contra um regime político, mas um golpe no governo, sendo possível sua operacionalização em virtude do funcionamento e institucionalidade da democracia blindada brasileira (Demier; Duriguetto, 2017). O intuito principal foi o de acelerar o andamento da agenda ultraneoliberal, de modo que o caráter contrarreformista atual da democracia liberal-representativa evidencia-se exponencialmente, colocando o aparelho estatal à disposição do capital, no sentido de salvaguardá-lo dos catastróficos efeitos de sua própria crise sistêmica.

Refere-se que embora nos governos petistas algumas parcelas da sociedade tenham obtido conquistas sociais importantes, isso não foi suficiente para destruir a estrutura de desigualdades existente no país, tampouco para gerar um

real impacto na blindagem da democracia brasileira. Nesses governos não houve o rompimento com a lógica neoliberal, mas uma desaceleração do processo de desmonte dos direitos sociais em determinados setores, e em níveis distintos a depender de quais setores.

Nesse sentido, apesar do governo Dilma ter garantido o repasse do fundo público ao capital financeiro e ter realizado contrarreformas que restringiram direitos, com o agravamento da crise econômica, setores vinculados à classe dominante continuavam a querer mais, ansiando por um governo que fosse capaz de viabilizar, no menor tempo possível, os ajustes necessários para retomar as condições de acumulação. Assim, o golpe na democracia brasileira foi a saída encontrada para os projetos da direita serem implantados na velocidade e intensidade desejados. Quando Michel Temer assumiu a presidência da República, no lugar de Rousseff, em um curto espaço de tempo intensificou-se o desmonte dos direitos trabalhistas, previdenciários, assistenciais, de saúde, de habitação, etc. observou-se um avanço das expropriações nesse cenário perverso.

Tal processo, então, vai atingir níveis mais acentuados na gestão de Jair Bolsonaro, sob o manto da extrema direita. Esse, porém, apesar de seguir operando na direção de acirrar o projeto neoliberal, falhou gravemente. Mas não por contribuir para, de alguma maneira, mitigar as ações de austeridade extremas, como nos governos petistas, e sim pela sua completa falta de capacidade de gestão do Estado brasileiro e de ausência de maestria política para lidar com os interesses distintos entre os diversos segmentos que compõem o painel político-econômico no país.

Referências bibliográficas

- CARCANHOLO, M. D. **Dialética do Desenvolvimento Periférico**: Dependência, Superexploração da Força de Trabalho e Política Econômica. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.
- CISLAGHI, J. F. Do neoliberalismo de cooptação ao ultraneoliberalismo. In: Rebuá *et al* (Orgs.). **(Neo)fascismo e educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- BOITO JR., A. O neofascismo no Brasil. **Boletim Lieri**, Rio de Janeiro, n. 1, maio, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://laboratorios.ufrj.br/lieri/wp-content/uploads/sites/7/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil.pdf>. Acesso: 11 jul. 2023.
- DEMIER, F. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Muad X, 2017.
- DEMIER, F; DURIGUETTO, M. L. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argentum Rev.**, Vitória, v. 9, n. 2, p. 8-19, maio./ago. 2017.
- FONTES, V. **O Brasil e o Capital-imperialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ- EPSJV e UFRJ, 2010.
- LOWY, Michel. O avanço do fascismo no mundo e no Brasil. **A Terra é Redonda**, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/lowy-o-avanco-do-fascismo-no-mundo-e-no-brasil/>. Acesso em: 08 jul. 2023.
- MIGUEL, L. F. **O Colapso da Democracia no Brasil**: da Constituição ao golpe de 2016. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.
- MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- NETTO, J. P. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção Questões da nossa época; v. 44).
- PASTORINI, A. **A Categoria “Questão Social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2005.

